



A POLÍTICA (INSTITUCIONAL) É PARA POUCOS: CAMPO POLÍTICO E PROFISSIONAIS DA REPRESENTAÇÃO¹

Alison Ribeiro Centeno²

Resumo: Concatenando algumas das principais abordagens teóricas do campo político e da profissionalização política, conceitos primordiais no debate do *modus operandi* da democracia – assentado em instituições políticas formadas por lideranças escolhidas pelo voto, aprofunda-se a discussão da dicotomia entre representantes e representados, com o princípio de universalização do processo decisório, que tende a se traduzir na formação de agremiações tanto quanto elitizadas, mostrando a política como um meio social composto e regido por uma hierarquia política pouco maleável.

Palavras-chave: campo político; elites políticas; profissionalização política.

Politics (institutional) are for a few: political field and professional politicians³

abstract: *Analyzing some main theoretical approaches of the political field and political professionalization, vital concepts to debate the modus operandi of*

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) PUCRS – Porto Alegre – Brasil –alison.centeno@edu.pucrs.br

3 Profundo agradecimento aos pareceristas, cujas colocações foram de extrema importância para o aprimoramento do artigo.

democracy – based on political institutions formed by elected leaders, the discussion of the dichotomy between representatives and represented is deepened with the principle of universal decision-making, which leads to the formation of political organizations also marked by “elitization”, showing politics as a social environment composed and governed by a not malleable political hierarchy.

Keywords: *political field; political elites; political professionalization.*

INTRODUÇÃO

Ao longo das próximas seções, a política será tratada com o enfoque de Bourdieu (2002) – como campo de disputas e interesses, operacionado principalmente pelos profissionais políticos (Weber, 2015), que constituem, sob a perspectiva de Mills (1965, 1981), parte fundamental da elite do poder. Essa se mostra uma realidade pouco maleável pela própria natureza elitista e oligárquica das instituições – como bem descrito por Michels (1970).

Isso posto, abre-se espaço para a defesa de Dahl (1997), Schumpeter (1961) e Sartori (1994) da elitização política para o bom funcionamento da democracia, numa coexistência entre uma minoria governante-representativa com uma massa de liderados, dada a inexequibilidade de uma democracia de todos. Assim, pavimenta-se para a análise da relação entre líderes e liderados de Manin (1995) – que será colocada em contraste com o enfoque institucional-representativo de Dahl (1997) e Sartori (1994), e Panebianco (2005) que aperfeiçoa a análise de Michels (1970) acerca da constituição de lideranças políticas.

De tal forma, a representatividade vem com o acúmulo de poder, na qual os mais céticos quanto à inclusão da população no processo político decisório, reafirmam a necessidade de uma política voltada para os interessados em operar esse meio social. Mesmo em instituições que brotam do princípio de democratização e universalização do procedimento decisório, a concentração de poder é um inexorável caminho. Esse debate sobre democracia, representação e elites políticas não apenas é perene na sociologia política, sobretudo, é extremamente válido ser recuperado constantemente no que se observa a perpetuação da profissionalização política mesmo em períodos de crise de representatividade social e transformações políticas.

Objetiva-se, assim, mostrar a democracia como embasada na liberdade dos indivíduos, no direito ao voto e na formulação de opinião, centrada em partidos políticos que reforçam a concentração de poder dos líderes. Para isso,

recupera-se parte importante da literatura clássica acerca da representação política, aqui tratada como o elo intermediário entre os indivíduos comuns e as instituições políticas, indiferente do modo como esses cidadãos atuam, sempre à margem da política institucional. De meros eleitores ocasionais a formadores e participantes ativos de organizações, esses geram, nutrem e reforçam demandas políticas, robustecendo bandeiras que impactam o processo decisório (guiado por políticos profissionais que competem pelo voto popular).

OS OPERADORES DO CAMPO E O FENÔMENO DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Inicialmente, serão entrelaçadas as ópticas de Weber (2015) e Bourdieu (2002), delimitando a política como campo com formação histórica de disputas, dominado pelos profissionais políticos – conceito que, congregado com a descrição de Mills (1965, 1981) da elite do poder, leva os profissionais políticos a serem compreendidos como os que intermedeiam o poder de diversos segmentos sociais. Sincronicamente, essas teorias estabelecem os fundamentos para análise de um campo institucional controlado por detentores de capital político, que firmado nas disparidades sociopolíticas, embasa as dificuldades de atuação e o engessamento⁴ do campo político.

Em *A Política como Vocação*, Weber (2015) expõe uma síntese de sua teoria política fundamentada em sua visão sociológica do Estado e a formação histórica da representação política. A literatura weberiana acerca do fenômeno da profissionalização política atravessa décadas seguindo como sustentação teórica para estudos dessa que é uma das principais características das democracias ocidentais. O pensador alemão define como política o esforço e a participação do poder ou da influência no Estado. O homem que integra esse processo o faz por diversas razões, desde um ato egoísta, até a defesa de ideais ou de princípios da ordem econômica, mantendo relações sociais desiguais de poder. A política consiste numa relação de dominação (mais precisamente, entre aqueles que comandam o Estado e a maioria da população), fundamentada não apenas na influência exercida pelos detentores do poder, mas na vontade em contrapartida dos populares de obedecer (*idem*).

Essas são as questões basilares do campo político de Bourdieu (2002): “campo” é um espaço relativamente restrito formado por posições, nas quais os indivíduos e instituições concorrem para mantê-las ou alcançá-las, compartilhando interesses comuns (ainda que em constante conflito). Os “campos” são

4 Por engessamento, propõe-se compreender como de difícil acesso, porém, penetrável.

parcialmente autônomos (já que seguem diferentes lógicas, sendo moderadamente independentes) e mantêm suas próprias regras. Havendo intersecção entre os mesmos – gerando espaços sociais abrangentes, são concomitantemente influenciáveis e promotores de influência.

Logo, relações que se dão nos campos econômico, social e cultural, se reproduzem no campo político, e vice-versa. O poder é exercido por quem detém maior capital – em suas múltiplas formas (cultural, econômico, social, intelectual), formando a hierarquia dentro do campo político. Esse, caracteriza-se pela dominação consentida, composto de acordos, forças e conflitos internos perduráveis, em que como em todo “campo” há um aglomerado de ambições que são a razão de sua própria essência.

Ainda que o meio político em Mills (1981) seja influenciado pela interferência dos domínios econômico e militar, ao isolar a variável política é possível observar a sintonia entre o sociólogo norte-americano e Bourdieu (2002). No que o primeiro aprofunda a interposição da classe dominante de outros campos no político, aponta que a “elite do poder não é de governantes solitários” (Mills, 1981: 12), demonstrando a complexidade do campo político, que reproduz as fragmentações das batalhas dos campos econômico e social. Não diferente é o poder da classe política e sua interposição em outros campos, pois “reunindo em si muitos poderes [...] penetra [...] em todas as reentrâncias da estrutura social” (*idem*: 15).

Mills (1981) aborda o caso empírico estadunidense de um tripé do poder – interligado, em que os poderios políticos, econômicos e militares atuam interconectados, dadas as “inter-relações entre riqueza, poder e prestígio” (*idem*: 26), tomando “decisões [...] que outras áreas da sociedade parecem marginais em relação a estas, e [...] subordinadas a elas” (Mills, 1965: 29). Cada campo é composto por uma “elite do poder [...] de homens cuja posição lhes permite [...] tomar decisões de grandes consequências”, ao comandarem “as principais hierarquias da sociedade moderna”, atuam promovendo influência e, portanto, a ausência de suas decisões “constitui [...] um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam” (Mills, 1981: 12).

Também em Weber (2015), os cidadãos são de tal forma dominados por autoridades e essa subjugação existe pelos tipos puros ideais⁵; seriam esses: dominação tradicional (fundamentada em um caráter sagrado, havendo compromissos com essa subordinação que vão além de questões do mero respeito

5 Que Weber (2015) ressalta serem abstrações, não as encontrando em plenitude na realidade, mas que servem como forma de análise, comparando tais aproximações com os fatos reais.

às regras); racional-legal (crença na legalidade da ordem, em um sistema hierárquico com autoridades e subordinados, sem a pessoalidade das relações, não havendo privilégios ou exclusões); e carismática (que se baseia no sentimento do poder de oratória, por uma soberania, devoção que envolve afeto pelo dominador, em um poder que distingue o líder de seus liderados).

As três formas embasam a importância do respeito à ordem e à autoridade, ressalta-se na dominação racional-legal um sistema hierárquico entre governantes e governados, que melhor se exemplifica nos que controlam o Estado. Enquanto que na dominação carismática, sobressai para o autor a figura do demagogo, descrita como um poder pessoal ostentado por características de líderes nos quais os liderados “depositam fé”, que “[...] só triunfou no Ocidente” (*idem*: 70). É justamente esses dois tipos que pavimentam para a compreensão da profissionalização política, que por vezes se encontram “combinados” a níveis de realidade.

Em Mills (1965) são também três as formas de dominação e exercício do poder sobre a maioria, em que “entre os meios predominantes do poder está o de controlar e manipular o consentimento dos homens”; assim tal como a dominação legítima weberiana, “a autoridade” é exercida por meio do “poder justificado pelas convicções dos que obedecem voluntariamente” (*idem*: 25), enquanto o ato de manipular a vontade alheia decorre do “poder exercido às cegas sobre os impotentes” que ocorre isocronicamente a “coação” (*idem*: 26). Essa elite que opera esse poder tem capacidade de transformar “as condições estruturais em que vive a maioria dos homens” (*idem*: 27).

Aprofundando o princípio da dominação weberiana, o “poder simbólico” (Bourdieu, 2002) é a capacidade de estabelecer certezas e convicções, respeitáveis por aqueles que estão sujeitos aos que assim as delimitam e estipulam (descartando a característica puramente coercitiva ou de imposição por meios físicos). Tais capacidades, obviamente, advêm do “capital” adquirido e estruturado por tais indivíduos dominantes; o conceito de capital para o autor é amplo e vai para além da acumulação de bens, referindo-se assim a tudo aquilo que fundamenta, “simbolicamente”, o poder exercido no “campo”, é a legitimação por meio da “verdade assim conhecida” e estabelecida.

Com o desenvolvimento do capitalismo e do Estado burocrático, Weber (2015) observa o surgimento da profissionalização política: homens que exercem essa função “por vocação”, na constante luta pelo poder. Não cabe aqui aprofundar o discernimento descrito pelo pensador alemão daqueles que da política vivem como meio de atividade e fonte de renda, com aqueles que nela

adentram por terem autonomia econômico-financeira⁶; em ambos os casos, o ponto principal que se busca elucidar neste trabalho é a existência de um pequeno número de figuras políticas que nesse meio fazem ampla carreira e se tornam parte da elite do poder.

Mediante a disputa entre os profissionais políticos há a legitimação, nessa situação, a rivalidade e a mediação de forças visam o centro do poder, a dominação, delimitando as regras do próprio campo político. Para Bourdieu (2002), o “poder simbólico” é praticado numa relação de conformidade e “cumplicidade” entre os “que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (*idem*: 08). Assim sendo, as posições de dominantes e dominados precedem até mesmo os agentes que compõe o próprio campo, numa “construção” histórico-social deste.

Logo, o que distingue os engajados no cotidiano do campo político dos meramente representados e governados são justamente os “mecanismos sociais” (*idem*: 163). O campo político é simultaneamente a reprodução e interpelação da hierarquia socioeconômica com este, no qual as disparidades sociais se traduzem em semelhantes desigualdades dentro da estrutura política. O campo político segue, como nos demais campos, a lógica econômica, sendo a política composta por diversos produtos e os cidadãos aqueles que os demandam.

Essas características são exercitadas ao vender o ideal de que o político se apresenta “apenas para servir” (Mills, 1981: 27), no padrão de Bourdieu (2002) – reafirmando o simbolismo de seu poder ao não colocar sua intenção de forma evidente. Há uma relação dissimétrica entre líder e liderados, ainda que esses tentem impor a convicção de que representam segmentos sociais. A “elite do poder se compõe de homens de origens e educação semelhantes” (Mills, 1981: 29), distinta da maioria da população⁷ são «de um tipo social parecido, [...] que leva uma fusão fácil entre eles» (Mills, 1965: 31), reforçando que esse não é um círculo impenetrável, porém, difícil de ser atingido, pois requer uma forma de “capital” (Bourdieu, 2002) que ponha em equivalência os novos atores dentro desse campo com os atuantes e operantes consolidados deste.

Equitativamente ao que estabeleceu Bourdieu (2002) – utilizando a instituição como modo de “conservar” (Mills, 1981: 19) o exercício de sua autoridade –, o político é “intermediário de muitos poderes em choque” (Mills, 1965: 33) e anseia “posição nas grandes instituições” (Mills, 1981: 18), ou seja, segue o princípio de Weber (2015) de que, ao atuar no meio político e manifestar seus

6 Para melhores definições, ver Weber (2015).

7 Na próxima subseção, a literatura de Michels (1970) servirá para abordar como a ascensão de representantes das minorias sociais pouco muda esse quadro.

interesses neste, “o político profissional é, naturalmente, um político partidário” (Mills, 1965: 35) e batalha pelos postos institucionais que o permitem exercer sua superioridade e seu domínio.

Consequentemente, a acessibilidade do campo político se torna complexa, graças ao domínio dos profissionais políticos e da “complexidade das relações sociais” (*idem*: 179) que constituem o campo. É assim que Bourdieu (2002) complementa o pensamento de Weber (2015) quanto a vocação política, que se torna dentro do campo político, uma luta de manutenção da posição do profissional político na elite do poder, sendo capaz de participar do grupo que dita – “simbolicamente”, os trâmites e as regras que gerenciam o campo.

O conceito de campo de Bourdieu (2002) permite expor e explorar a diversidade de fontes que legitimam a ascensão de uma liderança política, o exercício desta, dentro ou fora do meio institucional. A representação política para o autor vai muito além da institucionalidade do cargo, mesmo que dentro desse campo, essa seja a maneira de maior impactar e influenciar seus trâmites. O campo político pode ser pensando como aquele que engloba as relações entre representantes e representados, estando ou não os primeiros investidos em mandatos político-institucionais, podendo também serem líderes de movimentos políticos, que representam bandeiras muitas vezes renegadas pelo centro do campo, que como melhor descrito pelo autor, luta para dificultar ou até mesmo impedir a mudança do status e das regras internas.

Bourdieu (2002) volta a aprofundar as escritas de Weber (2015) ao apontar os privilégios daqueles que detêm capital social, econômico e cultural para entrar no campo político, dada sua disponibilidade de tempo, assim como na capacidade discursiva e eloquência de advogados, por exemplo, ou na capacidade de síntese e formação de discurso, como dos jornalistas. O capital social, grosso modo, é a rede de relações sociais que ao indivíduo pertence (que a esse serve como meio de manutenção de sua posição no “campo”), da qual se beneficia.

Quanto mais extensa essa rede, potencialmente maior é o número de “campos”, os quais o indivíduo pode integrar – cultural, econômico, e o de maior interesse no presente estudo, político – esse último, “campo de lutas simbólicas”, composto por “profissionais da representação” (Bourdieu, 2002: 151). Um indivíduo no topo da hierarquia dos outros campos que tangenciam o campo político, pode ser projetado à política institucional ao utilizar o capital do seu próprio campo, convertendo-o em representação política.

De tal modo se exemplifica o papel dos *outsiders* entre os profissionais políticos, que entram no campo político justamente pelo seu “capital pessoal” quando as instituições e seus representantes “em situação de crise, no vazio e no

silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos” (*idem*: 191), não mais têm capacidade de imposição de seu discurso ou mesmo de assegurar a legitimidade de sua liderança. Não por acaso o capital político necessita de “reprodução contínua por mecanismos e estratégias” (*idem*: 194), principalmente por parte daqueles que não tiveram sua liderança política formada dentro do campo econômico ou do campo social.

Essa capacidade sobre o todo ou a parte institucional, principalmente nas democracias representativas, está correlacionada ao capital acumulado pela liderança política, que para Bourdieu (2002), funciona como uma espécie de crédito que legitima a liderança, novamente, nas mesmas diretrizes de Weber (2015), em que o poder da liderança advém da crença de quem a esse líder está sujeito. Assim, Weber (2015), Mills (1965, 1981) e Bourdieu (2002) comungam quanto a concentração de poder e o controle dos profissionais políticos. Bourdieu (2002) aprofunda o pensamento weberiano introduzindo o conceito de capital, explicando assim a fonte do poder que poucos detêm e exercem. É clara a concordância dessas três teorias quanto a assimetria que fundamenta as relações políticas oriundas da própria dissimetria das relações sociais.

A COMPETIÇÃO E A OLIGARQUIZAÇÃO

Como observado na seção anterior, a política institucional funciona dentro de um “campo” fundamentado em capitais que assentam a representação de uma maioria por uma minoria. São capitais que, transladados ao meio político, representam relações fundamentadas em uma dominação simbólica, em que uma elite opera para manter e conservar o *modus operandi* que, como será visto na presente seção, pouco se transforma mesmo com a incorporação das minorias no processo político decisório.

Nas próximas páginas será trabalhado o minimalismo schumpeteriano combinado com o processo de oligarquização dos partidos de origem proletária. Enquanto Schumpeter (1961) trabalha a centralização no entorno de poucos como um processo normal da disputa política, Michels (1970) discute o quanto a disputa leva a um distanciamento da democracia do proletariado, que fica subjugado atuando apenas por meio do processo de escolha de líderes pertencentes à elite política.

A literatura de Panebianco (2005) é utilizada para abrandar a leitura de Michels (1970), em que assim como Schumpeter (1961), o italiano demonstra uma normalidade do processo de elitização, como algo consequente da tentativa de disputa política assentada em estrategismo político e fortalecimento

de lideranças. Sua teoria está fundamentada nas relações de troca entre líderes e seguidores, padrinhos e apadrinhados políticos. Em comum, Panebianco (2005) e Michels (1970) abordam de diferentes maneiras o processo de institucionalização dos partidos e a formação de suas lideranças políticas.

Ao tratar da temática socialista, Schumpeter (1961) se mostra mais preocupado em apreciar a dicotomia dos partidos socialistas da Europa Ocidental em relação aos países que experimentaram a influência soviética, enquanto que Michels (1970) foca na estrutura partidária. As diferentes preocupações de ambos não impedem de encadear suas respectivas teorias para apontar a percepção comum desses autores do viés elitista da competição política.

Michels (1970) faz uma crítica ao ideal democrático dos partidos socialistas – próxima a avaliação posteriormente elaborada por Schumpeter (1961), de uma falsa “democracia plena” com participação universal decorrente da revolução do proletariado. O sociólogo alemão rememora que mesmo os entusiasmados do ideal revolucionário apontavam que o “governo de todos” jamais era defendido como algo imediato, mas subsequente a uma reestruturação coordenada e centralizada.

Schumpeter (1961), por sua vez, inicia a quarta parte de sua mais importante obra (*Capitalismo, socialismo e democracia*) criticando a ditadura do proletariado, que se mostrou na prática ao longo do século XX, algo muito diferente da teórica plena e verdadeira democracia associada ao socialismo – “indissolivelmente ligados”, criando uma elite que deu sequência às disparidades sociopolíticas e econômicas. O autor retoma o histórico da constituição dos partidos socialistas para aprofundar sua defesa da contradição da visão de democracia pregada pelos mesmos. A organização partidária ou mesmo as convenções que estabeleciam as diretrizes internacionais do socialismo, segundo o pensador austríaco, estavam concentradas nas mãos de poucos, coincidindo e repetindo o próprio problema apontado pelos socialistas como motivo da falha e do empecilho para a verdadeira democracia, travestido na centralização dos meios de produção.

De tal modo, ressalta que o distanciamento dos partidos socialistas da Inglaterra, da Suécia e da Alemanha, verteu para o êxito da tida socialdemocracia que atua dentro dos princípios democráticos e institucionais (principalmente no caso do Partido Socialdemocrata alemão). Para esse, tais instituições partidárias foram “testemunhas da resoluta lealdade dos socialistas às normas democráticas” (*idem*: 292). No extremo oposto, Michels (1970) critica a exclusão do processo decisório e das diretrizes da instituição aqueles os quais semelhantes partidos dizem representar.

Em comum, ambos autores apontam os vieses autoritários dos governos ditos socialistas – “sede de esplendor e de poder” (Michels, 1970: 232), que não alteraram a configuração de uma submissão da maioria a uma minoria, num processo constante de alternância de elites no centro do poder⁸. As organizações políticas são inerentes ao processo democrático, todavia, “quem diz organização, diz tendência para oligarquia” – Lei de Ferro da Oligarquia. Mesmo instituições partidárias que defendam ideais coletivos de cunho revolucionário, ao se estruturarem em organizações que operam nas vias da democracia, seguem rumo à “tendência aristocrática” (*idem*: 15).

O processo de oligarquização descrito por Michels (1970) pode ser sintetizado como uma associação direta entre instituição e oligarquia, já que ao crescer em número de indivíduos, essa tende a ser coordenada por um pequeno número de dirigentes. Logo, há uma dominação de poucos sobre o todo, indo na contramão do princípio democrático de incorporação irrestrita (tão bem criticado por Schumpeter⁹, que o reduziu a princípio filosófico e bandeira política). Nessa direção inevitável das organizações sociais e mais especificamente das instituições partidárias, há uma mudança contínua no perfil social dos líderes em relação aos liderados, que com o tempo também deixam de representar os interesses que a princípio ergueram a instituição.

Panebianco (2005) faz um aprofundamento crítico à Lei de Ferro da Oligarquia de Michels (1970), propondo-se analisar o arcabouço que dá ordem dentro dos partidos políticos. O autor explora a distribuição do poder nessas instituições, não apenas sob a clivagem da concentração de recursos políticos nas mãos dos líderes, mas invertendo a lógica da análise, expondo a sustentação que os empodera. O poder do líder político só se manifesta por uma relação consentida entre esse e seus liderados, que esperam benefícios (recíprocos, mas em menor grau, caracterizando as relações de lealdade entre os mesmos) e lhe exercem pressões. De tal modo, o líder visa manter suas bases junto a seus seguidores e solidificar assim seu posto de liderança.

Nos padrões weberianos, em Panebianco (2005), a autoridade exercida pelo líder é consentida pelos seus seguidores, atuando nesse vínculo de transferências visando consolidar sua força. Descreve essa conexão como uma “troca desigual” (*idem*: 45), que por assim ser, coloca o poder exercido pelo líder como limitado e não absoluto. O que difere ambos os lados é o desequilíbrio que caracteriza essa relação, dada a capacidade de manobra e a “liberdade de ação”

8 Michels (1970) cita Vilfred Pareto ao afirmar essa conclusão.

9 E como será apresentado na próxima subseção, também por Sartori (1994).

(*idem*: 46) dos líderes: quanto maior essa for, maior a resistência e a estabilidade de suas posições políticas.

Porém, há diferenças no nível de engajamento político que também explicam a formação de lideranças e a dissimetria de poder político entre essas e seus liderados. Para Schumpeter (1961), muitos indivíduos carecem de vontade de participar efetivamente do procedimento de tomada de decisão, tanto quanto de qualidades e formação que os capacitem para tal função. Este segue, elencando como essencial a capacidade de seleção crítica de informações e a idoneidade frente a coações de grupos que venham a exercer pressões específicas sobre os cidadãos, questões fundamentais para a apreciação de temas que visem o “bem comum”. Semelhantemente a Bourdieu (2002), Schumpeter (1961) compara o eleitor comum ao consumidor habitual: enquanto o intelectual francês afirma que o cidadão comum demanda produtos políticos, o pensador austríaco sustenta que os indivíduos são influenciáveis e rotineiramente persuadidos, o que se de fato ocorre em uma decisão antes do consumo, pode também desaguar na decisão antes do voto, tendo como principal característica as decisões embasadas em interesses de curto prazo.

Também em sintonia com Bourdieu (2002), destaca que o “êxito pessoal na política” (Schumpeter, 1961: 346) tende a ser resultado da construção de uma carreira dentro desse campo, não tratando a política como questão de segunda ordem, seguindo o princípio weberiano de a escolher como profissão, algo que o autor expõe como fato encontrado nas democracias contemporâneas, já que o próprio “método democrático cria políticos profissionais” (*idem*: 350).

Desta feita “o êxito do método democrático” está na seleção não apenas entre o todo da população, mas dentre os que “estão dispostos a encetar uma carreira política” (*idem*: 352), o que dentre outras questões, faz com que Schumpeter (1961) se aproxime de Weber (2015) e aprofunde o tipo ideal do político profissional, trazendo ao debate questões não só ligadas à formação profissional e o histórico social, mas também ao que o primeiro considera como precedentes para a atuação política, que produzem uma melhor conduta da democracia.

Assim o fazendo, o teórico austríaco abre portas para a análise do papel das lideranças políticas, que, segundo ele, ficam com um papel de menor importância na compreensão clássica de democracia. Sob a condição de liberdades mínimas como a de expressão e de imprensa, e a ampla concorrência pelos postos de liderança, ainda que o próprio autor a considere como desigual, comparando as semelhanças do arranjo institucional político ao campo econômico, enuncia as desigualdades que há também nessa concorrência pelo voto para assumir a representação política.

Também tratando a figura do indivíduo comum como apática às questões políticas, Michels (1970) alega que mesmo sendo o indivíduo comum “dotado de direitos políticos” (*idem*: 27), “a massa deixa-se facilmente sugestionar pela eloquência de vigorosos oradores populares” (*idem*: 09), dominadores do processo político institucional, conhecedores dos assuntos de Estado e dos trâmites da burocracia. Reforça assim sua ideia inicial de que o centro do poder político fica reduzido à constante alternância de elites, no qual uma classe preponderante sobrevém a anterior, como previamente descrito, numa contínua sucessão de oligarquias, que se sobrepõem politicamente entre a maioria da população.

Schumpeter (1961) traz uma significativa contribuição ao debate da temática democrática ao inverter a lógica da noção de democracia como o *modus operandi* do sistema político, permitindo que o povo como um todo pautar os assuntos políticos ao escolher seus representantes e “formar o governo” (*idem*: 331). Propõe a análise mediante o processo de escolha dos quais traçam os rumos políticos com outorga da população: “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (*idem*: 328). Se então aprovados os meios de escolha e a distinção imposta por aqueles que têm acesso a esse processo, a incapacidade de um verdadeiro governo do povo (com estreita e incondicional participação), teria como alternativa um governo consagrado pelo povo, sendo os indivíduos representados.

Michels (1970), por outra via, critica essa representatividade, demonstrando que sendo as estruturas partidárias instituições embasadas em programas (teoricamente voltados para determinadas classes), suas composições nem sempre condizem com seus princípios partidários, podendo a estrutura que compõe o partido diferir de sua representação ideológica. Com base em semelhante perspectiva, o autor elucida que essa heterogeneidade partidária, quando nos partidos de esquerda, coloca representantes “não puramente proletários” subordinados a um conjunto de ideais “de uma classe” (*idem*: 240) que de fato não representam, defendendo suas demandas, enquanto ligados ao “*status econômico*” e a burguesia.

Seguindo a prática organizacional de estabelecimento de uma direção, essa agremiação alça figuras antes integrantes das massas (que anseiam representação) a postos da burocracia da instituição, e estabelece duas divisões, centradas “numa minoria dirigente e numa maioria dirigida” (*idem*: 15). Logo, no que a instituição complexifica sua organização, cresce em burocratização e hierarquização, indo na contramão dos princípios inicialmente defendidos, mais especificamente, da plena incorporação da população no processo decisório político.

Há, assim, um encaminhamento da instituição antes concebida entre as massas (visando a defesa de suas bandeiras políticas) para uma profissionalização nos moldes weberianos, “vemos acentuar-se a tendência de substituir os chefes ocasionais pelos chefes profissionais” (*idem*: 18), acabando por solidificar uma “hegemonia dos representantes sobre os representados” (*idem*: 20). Tal realidade se verifica dentro da própria estrutura partidária, pouco democrática internamente, sendo a democracia “incompatível com a presteza estratégica” (*idem*: 22), em que para competir com seus adversários no mesmo jogo, requer-se preparação, planejamento e elaborações de indivíduos que se profissionalizam na atividade.

Panebianco (2005) alerta que o próprio surgimento do partido leva em ocasiões a “um processo complexo, que consiste na aglutinação de uma pluralidade de grupos políticos, às vezes extremamente heterogêneos” (*idem*: 94). Esse último ponto se aproxima da literatura de Michels (1970), que assinalou para a incorporação de figuras “estranhas” às bandeiras dos partidos de origem proletária, na tentativa de ganhar força dentro do parlamento. No processo de institucionalização, os partidos formam em seus quadros recrutando “as futuras elites” que devem ser “socializadas aos compromissos da função” (Panebianco, 2005: 101) num amplo processo de composição de uma sustentação com base em lealdades, remontando a ideia do próprio autor do benefício mútuo entre as partes, dessa vez, entre padrinhos e apadrinhados políticos, integrantes agora da burocracia partidária.

Um ponto importante na literatura de Panebianco (2005) é seu apontamento para a evolução da instituição partidária, que como “estrutura em movimento [...] se modifica no tempo e que reage às mudanças externas” (*idem*: 91), com uma abordagem muito mais branda que a de Michels (1970) a respeito das transformações pelas quais passam essas agremiações políticas. Panebianco (2005) divide a trajetória histórica dos partidos por meio dos conceitos de “modelo originário” e “institucionalização”, em que no primeiro se avalia suas caracterizações rudimentares – “sua gênese” (*idem*: 92), propriedades embrionárias da instituição que influenciam sua atuação mesmo depois da institucionalização da organização, enquanto no segundo se analisa o processo de inserção dos mesmos no campo político institucional, o histórico do partido e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

O intelectual italiano faz ainda a diferenciação do processo do modelo originário por meio de “penetração territorial” e “difusão territorial” (*idem*: 94), que combinados com o processo de institucionalização, caracterizam o partido após esse último processo. Segundo Panebianco (2005), quando há coesão entre

a elite partidária, essa estrutura tem uma capacidade organizativa que estende o partido, dando-lhe cara e corpo, introduzindo o partido e o fortalecendo, dominando esse processo de ramificação da estrutura institucional e de extensão (automaticamente) do seu próprio poder: a penetração territorial, combinada com a institucionalização, leva a um partido forte.

Contrariamente, um partido que passou por um processo de difusão territorial, assentado em elites locais e em constante disputa, sendo que o processo decorre de constantes e incontáveis negociações com outros que dividem o poder, tendo vários líderes com capacidade de imposição de agenda e contestação dentro do próprio partido, associado ao processo de institucionalização, tende a ser um partido fraco, multifacetado e controlado por vários grupos, como se houvessem outros partidos dentro do próprio partido.

Essas diferenças elucidam, entre outros pontos da análise de Panebianco (2005), a importância da capacidade de imposição de metas, objetivos e a busca pelo fortalecimento do partido (alguns dos pontos originários da preocupação de Michels, sendo esses fatores que contribuem para a oligarquização da instituição). Tais características geram a identidade da instituição partidária, o comprometimento ou não de valores e bandeiras originárias, bem como do controle da criação e/ou incorporação de novas elites dentro do partido.

Relatando fatos históricos dos partidos socialistas alemão e francês, Michels (1970) relembra os esforços dos partidos de esquerda para financiamento e remuneração de seus parlamentares¹⁰, rompendo com a incapacidade de atuação de seus membros junto ao parlamento (ainda que não cessando as fortes desigualdades de renda que antecedem e dificultam a atuação política). Todavia, criaram uma nova segmentação que acabou por atingir os próprios partidos. Aqueles que anteriormente não podiam – nos padrões weberianos – viver para a política, passam a viver “da” e “para” a política.

Com a exigência desses partidos de uma contribuição por parte dos parlamentares, esses ganham, segundo Michels (1970), protagonismo na burocracia da instituição; mais um fenômeno que reafirmou o “caráter essencialmente parlamentar dos partidos socialistas modernos”, estabelecendo “superioridade” dos parlamentares “reconhecida e consagrada pelo próprio partido” (*idem*: 83) distanciando ainda mais representantes e representados, dificultando a esses últimos a possibilidade de “praticar a alta política” (*idem*: 89). Quando organizações representantes e/ou compostas por minorias políticas assumem o controle do Estado, para o autor, as evidências históricas comprovam que esse

10 “[...] antes que o Estado concedesse a remuneração parlamentar” (*idem*: 73).

movimento é incapaz de promover quaisquer transformações profícuas no sistema político, no qual há um afastamento desses representantes da população que anteriormente representavam sendo atraídos “para a órbita da ‘classe política’ dominante” (*idem*: 244).

Aprofundando seu pensamento quanto a transformação dos partidos de esquerda e seus representantes após a entrada no “jogo” político institucional, Michels (1970) descreve os fatores psicológicos que alteram progressivamente a configuração e a metamorfose desses partidos. Inicialmente, o parlamentar eleito por um partido de esquerda está ainda ligado aos “princípios que representa [...] sem pretender nenhuma vantagem” (*idem*: 115). Contudo, a “necessidade que tem os homens de serem guiados e dirigidos”, incute nessa nova liderança política “o sentimento de superioridade” (*idem*: 116).

Essas transformações avançam criando “novas camadas pequeno-burguesas”, um “emburguesamento do partido socialista” (*idem*: 159). O proletário (que anteriormente vendia sua mão de obra) passa a compor o conjunto da instituição partidária com um trabalho extremamente diferente do que antes operava. Se ascende ao parlamento, passa a circular junto da elite que anteriormente combatia; se funcionário da estrutura burocrática do partido, passa a integrar um corpo que abriga diversos intelectuais, muitos que não são de origem semelhante à sua. Assim, o autor avalia a mutação paulatina daqueles que antes integravam a “oposição” e migram “à participação no poder” (*idem*: 119), isso para além de questões pessoais como a dependência econômica que uma figura que antes desprovida de riquezas, passa a ter ao assumir um posto junto à burocracia do Estado, levando a “uma profunda e indelével modificação” graças ao “exercício do poder” (*idem*: 117).

O pensador alemão sintetiza semelhantes fenômenos como oriundos da própria estrutura conservadora das instituições políticas, que ao atraírem a esquerda política para uma oposição consentida dentro do Legislativo e do Executivo, “suavizam” a contestação por parte dos mesmos, que passam a disputar poder e espaço dentro dessas instituições: “a influência exercida sobre a máquina do Estado por um partido de enérgica oposição será sempre lenta, sujeita a frequentes interrupções e limitada pela sua própria natureza oligárquica” (*idem*: 224). Logo os princípios revolucionários e de luta pelo proletariado, são substituídos por questões pessoais, de manutenção no poder e de tentativa de obter o controle do Estado.

Michels (1970) reafirma que os “fenômenos sociológicos” demonstram uma incapacidade da sociedade de não ter uma classe “dominante”, que apesar de eventual “renovação parcial”, perdura no decorrer da história com a

autoimposição de uma “organização de uma minoria” (*idem*: 242) controlando o Estado e formando governos. Mesmo quando as camadas que formam maioria popular (mas representam minorias sociopolíticas) ascendem ao poder, tal vitória é apenas ilusória¹¹, organizando sim “uma nova minoria” que passa a ser a “classe dirigente” (*idem*: 243).

Diferentemente de Michels (1970), Schumpeter (1961) não está interessado na burocratização e na hierarquização dos partidos de origem proletária e ditos socialistas, mas sim, em tecer uma crítica à “falta” de democracia nos mesmos que em sintonia com a incapacidade da maioria, deve levar a uma democracia guiada por poucos. Por diferentes vias, ambos apontam para elitização do processo político: o sociólogo alemão a descreve como consequência do *modus operandi* político; o economista austríaco, como melhor maneira de assegurar o “bom funcionamento” da democracia.

O “elemento competitivo” (*idem*: 341) garante em maior ou menor grau a renovação dos líderes políticos (ou no caso dos governos – dos gabinetes) derivada da contestação das lideranças alçadas ao poder pelo voto¹², que com outras concorreram. Aos partidos políticos, o autor atribui a intermediação entre os preeminentes e capacitados entre os demais cidadãos, na constante “luta competitiva pelo poder político” devido ao que interpreta como incapacidade da “massa eleitoral” (*idem*: 344) de assim o fazer.

Michels (1970)¹³ apresenta a ideia da burocratização e da elitização dos partidos de esquerda como consequência da competição e não como a política meramente voltada aos que por ela se interessam, como visto em Schumpeter (1961). Com o partido “politicamente maduro” (Michels, 1970: 227), o principal alvo desses partidos deixa de ser os opressores da classe social (a qual os mesmos representavam), voltando seus ataques políticos aos que conjuntamente a essas agremiações compõem a política institucional, almejando o poder.

DISPUTA INSTITUCIONAL PELA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Utilizando as definições de poliarquia de Dahl (1997) e de dimensão vertical da política de Sartori (1994), a penúltima parte do artigo terá como enfoque o pensamento de democracia e política para além das instituições partidárias, voltando a tratar de temas como participação política e o impacto da maioria que fica de fora do processo institucional decisório, tratado na seção anterior.

11 Faz tal afirmação citando semelhante inferência de Gaetano Mosca.

12 Questão que será melhor abordada através da poliarquia de Dahl (1997).

13 Sartori (1994) descreve a tríade Mosca, Pareto e Michels (1970) como “escola realista” (Sartori, 1994: 72).

Retomando o caminho inicial utilizado ao revisar a literatura de Weber (2015) e Bourdieu (2002), tendo passado por autores que focam no protagonismo dos líderes políticos, casando as escritas de Dahl (1997) e Sartori (1994) com a análise das estruturas da representatividade política de Manin (1995), será possível melhor abordar a política como um todo. Mostra-se a política controlada e governada por líderes que sustentam seu poder nos segmentos sociais, concomitantemente lutando para os representar e digladiando entre si pelo controle das instituições.

Segundo a concepção de Dahl (1997), a liberdade que desfrutam os cidadãos ao terem direito ao voto livre em eleições transparentes, paralelamente ao crescimento do número de indivíduos que passam a usufruir dessa prerrogativa, permitem “uma maior contestação pública” e concomitantemente “mais inclusivo [...] o regime” (*idem*: 28) se torna. Respeitado semelhante pressuposto, afirma em consonância com Schumpeter (1961)¹⁴ a inexistência da democracia plena, existindo sim “poliarquias” (Dahl, 1997: 31). Essas, atendendo aos preceitos da liberdade do indivíduo e a contestação pública, são “regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados” (*idem*), ao migrarem de “regimes hegemônicos e oligarquias”, justamente pela incorporação progressiva do “número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências” passam a ser “levadas em consideração nas decisões políticas” (*idem*: 36).

Nas poliarquias “bem estabelecidas”, os indivíduos dispõem de liberdades como “oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se [...] sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente” (*idem*: 41), dentre outras condições centradas na pacificidade das disputas políticas. Manin (1995) adota uma linha muito próxima a essa, para a qual a liberdade de expressão e manifestação elucida que um dos princípios da democracia representativa é a capacidade de apoiar a situação ou fazer oposição fora dos meios político-institucionais. Assim, a atuação política em prol ou contrária à maioria¹⁵ representativa, divergindo ou não desses, ocorre também entre aqueles que formulam e expressam suas opiniões, demandam direitos e defendem suas bandeiras sem concorrer a mandatos eletivos.

14 Carole Pateman (1992) fez uma contundente crítica a Sartori (1994) e Dahl (1997), mostrando suas proximidades com o minimalismo schumpeteriano, centrado em direitos básicos para uma democracia que opera distante da incorporação da maioria no processo decisório, por motivos que vão da falta de interesse a competências para atuação política cotidiana, o que a autora rebate demonstrando haver uma falta de cultura política que de fato socialize e eduque politicamente.

15 Não confundir com a dicotomia maioria x minoria de Sartori (1994), que será explanada a seguir. Aqui se trata de maioria representativa.

Valendo-se das palavras de Sartori (1994): “existem motivos para o conceito de democracia ser difuso e multifacetado. [...] porque a democracia em geral é [...] produto final político (até esta data) da civilização ocidental¹⁶” (*idem*: 17). O cientista político italiano resume o dilema da “abrangência do conceito” (*idem*: 19) de democracia ao mesmo tempo que também se alinha a Schumpeter (1961) e a descreve como sistema político, comungando também com o pensador austríaco na crítica do uso da questão democrática como bandeira política, na qual “a teoria da democracia passou de um descritivismo excesso para uma defesa excessiva do valor” (Sartori, 1994: 20).

Para o autor, a “democracia enquanto tal é uma *macroteoria*”¹⁷ baseada em “generalizações abrangentes” (*idem*: 21), que insistentemente é associada a uma realidade política a qual não se adequa. Complementa afirmando que a “democracia política enquanto método, ou enquanto procedimento, deve preceder qualquer grande realização que possamos exigir de uma democracia” (*idem*: 29). Ou seja, antes de exigências de maior participação popular ou de “democratização” socioeconômica, é basilar o processo de escolha de líderes por meio do escrutínio popular que elege seus representantes.

Fazendo uso da concepção de poliarquia de Dahl (1997), Sartori (1994) afirma que, ainda que a democracia não seja empiricamente o que sua descrição representa como um ideal, se a realidade política faz com que o sistema político e a atuação cotidiana nele esteja reduzida a um conjunto de líderes, “uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal” (*idem*: 24). A democracia enquanto poliarquia faz com que essa – parafraseando Schumpeter (1961) – não seja um fim em si mesma, distante do seu modo teórico descritivo.

Como também tratado na literatura de Michels (1970), Dahl (1997) rememora que não necessariamente as lideranças políticas traduzem perfeitamente os segmentos sociais que representam mediante o voto direto. Ainda que a extensão do sufrágio tenha permitido uma maior equidade de direitos aos cidadãos, essa não é premissa, tampouco se verifica como verdadeira uma representação “no sentido puramente estatístico” (*idem*: 43) das camadas sociais.

Manin (1995) marca a eclosão dos partidos de massa como fator transformador da política eleitoral, que associada a extensão do sufrágio que passa a ser universal, transformaram o vínculo representativo, obtendo a classe trabalhadora a

16 Ainda que o foco do presente estudo não seja o debate acerca das teorias da democracia é importante descrever a visão desses pensadores, já que suas conceituações de democracia desaguam justamente no processo de elitização do processo político.

17 Grifo do autor.

oportunidade de votar em pessoas que compartilhassem de sua realidade socioeconômica. Reforça que o conceito de representação não requer que os eleitos sejam próximos e similares aos que os elegem, sendo esse último fator um provento da classe trabalhadora com a ascensão dos partidos de origem proletária.

O crescente distanciamento entre eleitores e partidos, e mais enfaticamente, o afastamento entre políticos que pleiteiam mandatos e os cidadãos, levam a valorização na estratégia eleitoral de “fatores técnicos que os cidadãos não dominam, [...] aptidões e [...] experiência” (*idem*: 05), que promovem a distância entre governantes e governados¹⁸.

Sartori (1994) nomeia essa distância como “dimensão vertical da política” (*idem*: 181) seu conceito de hierarquia e dominação da maioria por uma minoria. Ao aprofundar sua análise, cita importantes termos presentes no “vocabulário político” que remetem à concentração da política “nas mãos de poucos”: “poder, domínio, comando, coerção, governo, Estado” (*idem*: 182). Tais sentenças além de presentes nas teorias dos principais clássicos da Ciência Política, são palavras-chave para compreensão da dinâmica político-institucional, tendo como denominador comum uma elite que atua e domina o jogo político.

Assim, Sartori (1994) volta a se alinhar a Schumpeter (1961), numa concepção de democracia como um “sistema de governo” estruturado verticalmente. Aloca os cidadãos eleitores como coadjuvantes do processo político, representando “os alicerces do edifício”, que “embora essenciais, são algo que sustentam uma construção que lhe é sobreposta” (Sartori, 1994: 182), que alçam minorias¹⁹ (nesse contexto, as lideranças que exercem o poder político).

No “argumento vertical”, o “grupo de controle” (*idem*: 196) detém poder – semelhante ao poder dos operadores do campo político de Bourdieu (2002), oriundo de diversas “fontes” (Sartori, 1994: 196), advindo de forças “econômicas ou outras”, exercendo “uma função ou cargo político” (*idem*). Assim como Mills (1965, 1981), Sartori (1994) projeta as múltiplas fontes de poder que influenciam no cotidiano político, outros campos que em intersecção com o “campo político”, influem em suas diretrizes e formam sua elite operante.

A democracia vertical de Sartori (1994) é baseada “no ato de eleger e nas eleições – em eleições livres, periódicas e competitivas” (*idem*: 189) – o que

18 Manin (1995) inicia sua análise identificando que a mudança da relação entre eleitorado e representantes, levou a uma concepção da possível existência de uma crise de representatividade.

19 É importante denotar que “minoria”, na teoria do autor, refere-se ao pequeno número que integra o conjunto dominante, o aglomerado que na democracia vertical de Sartori (1994) forma o grupamento representativo, indistinto de maioria ou minoria como alianças políticas ou situação e oposição. Os agrupamentos de maioria social.

em muito rememora a concepção de poliarquia de Dahl (1997), na qual os eleitores escolhem a classe deliberativa. Esse é um dos pontos mais importantes para compreensão da teoria da democracia de Sartori (1994), que aloca a representatividade não como a escolha dos que traduzem a vontade popular, mas “de decidir sobre quem decide” (*idem*: 192), novamente, semelhantemente a Schumpeter (1961) e a Dahl (1997), em especial esse último, que aponta como desnecessário uma representação próxima do perfil estatístico do eleitorado.

Dahl (1997) retoma a temática das preferências e dos interesses passíveis de representação na política”, defendendo que as quantidades de bandeiras, demandas, “oportunidades de expressar [...] e representar preferências políticas” (*idem*: 46) tendem a ser maior em uma poliarquia. Logo, diferentemente de Schumpeter (1961), que retira qualquer protagonismo do sistema partidário no cotidiano político, Dahl (1997), ainda que o descreva (e reforce) como não sendo “um espelho natural, espontâneo ou inevitável das clivagens sociais” (*idem*: 207), trata o conjunto de agremiações partidárias por meio da clivagem inerente à poliarquia, com suas fragmentações sociais transladadas ao mundo político.

Assim sendo, a “necessidade de mobilizar um eleitorado maior”, leva a uma inflexão interna no partido em busca de estruturas mais “modernas” e competitivas, aumentando o escopo de “potenciais eleitores” (*idem*: 45) atraindo novos membros que se tornam líderes²⁰ (novamente indo ao encontro com a literatura de Michels²¹). Pois, segundo Dahl (1997), com a agregação dessas camadas antes estranhas ao cotidiano político, com o passar do tempo, esses passam por um processo de socialização das “normas e práticas da política competitiva já desenvolvida entre as elites” (*idem*: 54).

Com a maior competição derivada da inclusão no sistema político, “os políticos buscam o apoio dos grupos que agora podem participar mais facilmente da vida política” (*idem*: 43). Passam inicialmente a integrar os quadros do sistema representativo “segmentos e camadas até então não representados” (*idem*: 44), ou mesmo a terem suas demandas representadas por segmentos da classe média, profissionais liberais, dentre outros, que adotam suas bandeiras.

Dedicando um capítulo em *Poliarquia: Participação e Oposição* exclusivo às desigualdades, sustenta que as “poliarquias inclusivas” se desenvolveram, “em sua maioria, em países industriais avançados”, justamente os quais tinham características de profundas desigualdades sociais, que se traduziam então em

20 Semelhantes aos que já integram o sistema que anteriormente tais camadas não tinham acesso ou direito a escolha.

21 Não apenas o tom adotado ao descrever esse fenômeno distingue Dahl (1997) e Michels (1970): esse último apresenta sua preocupação com a consequente falta de representação das minorias sociais.

disparidades políticas, dificultando assim a contestação e a “competição política” (*idem*: 91), pontos tão caros a sua teoria. Assim, cita diversas desproporções sociais que levam ao desequilíbrio dos recursos políticos, desde os privilégios dos mais abastados, até níveis de “popularidade e diversos outros valores” (*idem*: 92).

Manin (1995) aprofunda essa análise descrevendo que as bases do governo representativo e a própria representação política pouco se alteraram no decorrer da história, todavia, a relação entre governantes e sociedade foi sendo modificada com o passar do tempo. Inicialmente, segundo o pensador francês, a relação entre eleitores e representantes era direta, com alto grau de confiança entre os mesmos. O processo decorria do voto em função “de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social ou da deferência que suscitavam” (*idem*: 13). Com o protagonismo das organizações partidárias, a formação e ascensão dos partidos de origem proletária, há o surgimento de uma nova elite política, focada nos líderes político-partidários, diferentemente da concepção inicial dos partidos revolucionários que apontavam para uma democracia que se encaminhava para levar os cidadãos trabalhadores ao centro do governo.

Se na “democracia de partido” a base da confiança do eleitor migra do representante para o partido, principalmente entre “os eleitores dos partidos de massa” (*idem*: 16), o esfacelamento da força partidária e o protagonismo do voto no indivíduo voltam a transformar essa realidade. Há, segundo Manin (1995), uma inflexão nos moldes do voto, em que eleitores não demonstram semelhante fidelidade a partidos como outrora, e a figura pessoal do candidato se torna o fator central na disputa, o que é um ponto chave e outra via para compreender os múltiplos fatores do processo de elitização política.

Logo, observa-se a normalidade do processo de formação de elites políticas, já que a democracia contemporânea é assentada em profissionais políticos que moldam seus capitais e os transferem para o meio político. Mesmo os estranhos ao meio institucional da política, quando ambientados e socializados na alta-rodada, distanciam-se de suas bases históricas, pois interessa aos partidos, por questões estratégicas, formar profissionais com capital político.

CONCLUSÕES

Desde Weber (2015), passando por Michels (1970), Dahl (1997) e Sartori (1994), em maior ou menor grau, esses descreveram o processo político, centrando ou não no conceito de democracia, como processo restrito, reservado a poucos, não apenas aos que mantêm interesse em participar do processo político institucional, mas principalmente, aos poucos que têm formação social que

os qualifiquem para semelhante processo. Quanto maior o número de indivíduos que do processo seletivo de lideranças participa, maior a capacidade de mutação do perfil social que atua nas instituições representativas.

Contrariamente a Bourdieu (2002), que é mais enfático em demonstrar o quanto o campo político é engessado e com barreiras de autoproteção do *status* político, Dahl (1997) e Sartori (1994) buscam demonstrar que apesar dos entraves à entrada no campo, a disputa é também pressionada por questões caras à maioria social (que compõe o eleitorado) – ponto melhor abordado por Manin (1995) – que se propõe a tratar justamente da relação representante-eleitorado, e Schumpeter (1961), construindo uma visão de democracia como, minimamente, a capacidade de formação de lideranças e condução política aberta e receptiva às pressões sociais dos cidadãos.

Em síntese, a política verticalizada pode ser pensada como uma política piramidal. No transcorrer do artigo que se encerra, mostrou-se o distanciamento do conceito de democracia de participação total, mostrando, deveras, uma democracia real de escolha por meio de eleições. O campo político, operado pelos políticos de carreira, leva até mesmo as agremiações revolucionárias a um paulatino afastamento de suas ideias transformadoras, já que ao partido interessa ganhar corpo e poder. Logo, a democracia é assentada em direitos básicos da maioria, na qual o voto faz ascender às instituições os poucos que à política se dedicam e nesse meio disputam os postos de representação.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo, EdUSP, 1997.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, Out. 1995, pp. 05-34.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo, Senzala, 1970.
- MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- _____. *Poder e política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: O debate contemporâneo*. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Editora Cultrix, 2015.

Recebido em: 27/04/2020

Aprovado em: 01/08/2020

Como citar este artigo:

CENTENO, Alison Ribeiro. A política (institucional) é para poucos: campo político e profissionais da representação. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1429-1451.